

Conclusões do Congresso

Crescer em Segurança

no virar do Século



Nos dias 28 e 29 de Outubro, realizou-se em Coimbra o Congresso da APSI "Crescer em Segurança no Virar do Século" que reuniu cerca de 500 profissionais das mais variadas áreas, desde a saúde e educação, à engenharia e arquitectura, passando pela segurança social, antropologia, fiscalização e defesa do consumidor. Este espaço de discussão permitiu partilhar e discutir obstáculos e dificuldades, mas também sucessos (que já são muitos), e dar fôlego para começar, ânimo para continuar e encontrar caminhos, bem como para estabelecer novas parcerias. Pretendeu-se igualmente tirar algumas conclusões que permitissem elaborar recomendações técnicas gerais e também algumas recomendações ao Governo, bem como potenciar parcerias, encontrar novas estratégias e formas de acelerar o processo de redução dos Traumatismos, Ferimentos e Lesões Acidentais nas crianças e jovens portugueses.

Existe uma cultura de segurança – sempre existiu. Contudo, o conforto e a revolução tecnológica, juntamente com as outras características das sociedades "ocidentais", reduziu a importância da manutenção desta cultura enquanto meio fundamental de sobrevivência. Daí o número tão elevado de situações de perigo e de risco acrescido que as crianças e adolescentes têm que enfrentar. Assim, ficou claro que Crescer em Segurança passa pelo desenvolvimento e pela consolidação de uma cultura de segurança, e que para tal é essencial a coerência da mensagem - não só no que se diz, mas também no que se faz - requisito primordial quando se trata de crianças que têm que sentir que é verdade para aprender. Foi também evidente ao longo dos dois dias de debate, a necessidade do reforço do trabalho em parceria na defesa de interesses comuns.

As principais conclusões abrangeram dois grandes tipos de medidas preventivas necessárias – umas a implementar desde já mas tendo consciência que os seus efeitos só se farão sentir a médio/longo prazo, e outras com efeito corrector cujos efeitos se farão notar a curto prazo.

Expomos aqui alguns exemplos de medidas importantes com efeito a longo prazo (sendo essencial começar desde já a adoptá-las)

É urgente investir na formação dos técnicos em exercício e dos estudantes (engenheiros de tráfego, arquitectos, paisagistas, urbanistas, entre outros) para um planeamento, construção e gestão eficaz dos recursos. Só assim será possível um bom planeamento geral e particularmente de áreas mais sensíveis – junto a escolas, lares de idosos, zonas residenciais, etc – e consequentemente a existência de infra-estruturas mais adequadas.

Citando o Arq^o Luís Afonso, "as construções para a habitação (mal) feitas hoje, vão aguardar as suas vítimas nos próximos 70 anos".

É pois essencial começar a construir bem, mas para tal são necessários melhores técnicos, melhores regulamentos, melhor fiscalização e consumidores mais informados e mais exigentes. É também necessária uma maior responsabilização dos técnicos pelos seus projectos.

É igualmente importante investir na formação de todos os profissionais (saúde, educação, agentes da autoridade, entre outros) para a vivência plena da cidadania, ou seja para a responsabilidade partilhada na saúde e bem estar dos outros.

E por fim, mas não menos importante, deve-se pensar na educação das crianças para uma cultura de segurança nessa mesma perspectiva da cidadania, sem esquecer que o ensino-aprendizagem, para ser eficaz e efectivo, se deve fazer sobretudo através das vivências e do exemplo. É pois essencial aliar às palavras, atitudes e ambientes compatíveis. Só assim, elas poderão acreditar e interiorizar atitudes e comportamentos seguros e vir a ser adultos responsáveis com elevados padrões de qualidade que aplicarão e exigirão como pais e profissionais ou, em suma, como cidadãos.

Enquanto se aguardam os efeitos a longo prazo, há que actuar com medidas de curto prazo, algumas sem custos e com enormes benefícios

Segurança Rodoviária

É urgente promover seriamente o uso sistemático do cinto de segurança - quer à frente, quer atrás -, bem como das cadeiras de segurança para crianças. Tal só será possível através duma abordagem coerente e credível.

Nesse contexto, foi considerado inaceitável o facto de as autoridades (e certos grupos profissionais como os taxistas) estarem dispensadas do uso do



cinto e lançou-se um apelo, bem aceite pelos representantes da GNR e PSP presentes, para que essa situação fosse imediatamente alterada.

Foi também proposto o planeamento de uma sessão de informação conjunta à população com a PSP, a GNR, a Saúde e a APSI para explicar a necessidade e importância do uso do cinto de segurança – apresentando-a não apenas como uma obrigação moral e legal (Direitos da Criança, Dever de Garante) mas sobretudo como uma medida salvadora, em nome da saúde e bem-estar da criança. Após essa sessão de esclarecimento e o compromisso e empenhamento das entidades presentes, dar-se-ia início a uma fiscalização rigorosa e ampla, com a aplicação das medidas restritivas previstas na lei, complementada por acções de informação contínuas através da comunicação social e das redes da Saúde e Educação.

O uso do cinto mas também a segurança da criança-peão nos percursos casa-escola podem igualmente ser reforçados através do enorme potencial que representa o Programa Escola Segura da PSP (criada por despacho-conjunto ME/MAI). É um projecto que tem funcionado bem como dissuasor da criminalidade à porta das escolas e que poderá

facilmente - uma vez que os agentes estão já presentes no local - promover comportamentos seguros, tendo sempre presente a importância da coerência da mensagem. Ou seja, todos (pais, professores, alunos) com a orientação da PSP, deverão, por exemplo, atravessar nas passadeiras e usar o cinto de segurança.

Construção

Urge definir critérios de segurança na construção (para escadas, varandas, vidros, tomadas, etc) ou seja regulamentar a lei da Construção;

É necessário promover a elaboração de legislação sobre piscinas (estão identificados os requisitos técnicos e foi pena não se ter aproveitado a legislação dos aquaparkes, para se legislar esta matéria).

Relativamente aos poços, em meio rural, é necessário verificar a legislação e regulamentação existentes e promover a sua aplicação e fiscalização a fim de acabar com as quedas e afogamentos de crianças pequenas.

Saúde

- Portugal deve estabelecer um observatório de acidentes e deve dar continuidade ao programa EHLASS, a fim de colher dados que permitam uma intervenção eficaz e atempada ao nível dos ambientes, produtos e serviços, contribuindo para a vigilância do mercado, para a elaboração de legislação e normas.

- A Saúde Materna deverá ter um papel mais activo na sensibilização e informação para a segurança infantil, já que a gravidez constitui um período mais receptivo em que a futura mãe está especialmente atenta e apetente à informação sobre tudo o que possa melhorar a qualidade de vida do seu futuro bebé, sem ter ainda a pressão prática dos problemas do dia-a-dia.

- A distribuição das brochuras da APSI a acompanhar a entrega do Boletim de Saúde Infantil e Juvenil nas maternidades poderá constituir um instrumento de educação e apoio para as instituições e profissionais de saúde na transmissão de instruções simples e eficazes aos pais.



situações em que uma criança mais velha fica com a responsabilidade de tomar conta de um irmão mais novo).

Ficou acordado o estabelecimento de uma articulação mais forte entre o IDICT e o PEETI (Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil).

Crianças com necessidades especiais

Foram referidas embora não tivesse sido discutido suficientemente, a problemática das crianças com Necessidades Educativas Especiais, que são particularmente expostas ao acidente devido à inadaptação do ambiente às suas características e deficiências.

Mais uma palavra para a fiscalização

A necessidade de uma fiscalização mais eficaz esteve presente em todos os painéis. Temos legislação mais que suficiente para que, a ser cumprida, o panorama dos acidentes em Portugal fosse totalmente diferente - para muito melhor, tanto a nível rodoviário, como da construção, dos produtos tóxicos, dos espaços de jogo e recreio e tantos outros.

Temos que ter presente que mais de metade dos acidentes não são "acidentes"; são situações previsíveis (por isso, muitas vezes contempladas por legislação adequada) que vão produzir traumatismos e lesões evitáveis. Uma fiscalização eficaz e responsável pode ajudar a eliminar muitas situações perigosas mas sobretudo teria um efeito dissuasor para os infractores e seria um modelo de coerência essencial para a educação e formação cívica das crianças.

Não podemos esquecer que todos os dias cerca de 10 crianças ficam incapacitadas para o resto da vida devido a uma situação evitável, devido à irresponsabilidade e negligência dos adultos. É urgente começarmos a unir esforços de forma concertada, no exercício pleno da cidadania para acabarmos rapidamente com esta calamidade que constitui um verdadeiro atentado aos Direitos das Crianças.

Mais uma vez agradecemos a colaboração da Agência de Comunicação Pedagógica Sair da Casca e o apoio imprescindível da Associação Portuguesa de Seguradores. Agradecemos também os apoios da Direcção Geral de Viação, Pais&Filhos, Lappset, Fabrigimno, ARAP, Agência de Viagens Abreu, Caixa Geral de Depósitos, CTT Correios, Delta, DIV, As de Cópias, Maxdirect, Lupa.



Vigilância do mercado

As autoridades e todos nós como cidadãos informados deveremos estar atentos e denunciar as imitações perigosas, nomeadamente no que respeita a produtos tóxicos (que devem ser pouco apelativos para crianças tanto no cheiro como na cor e embalagem).

Deverá haver uma maior colaboração das instituições e cidadãos com as entidades fiscalizadoras e ficou acordado o estabelecimento de uma ligação directa, mais eficaz com a Inspecção Geral das Actividades Económicas para a denúncia rápida de situações perigosas.

Trabalho Infantil e Jovens trabalhadores

Foi discutida a situação do trabalho infantil, no qual as crianças estão particularmente expostas ao acidente devido à sua inexperiência e, para além de vítimas, são por vezes agentes desencadeadores de acidentes (como por exemplo as